

O SINMGRA

Informativo oficial do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Gravataí - Agosto/2026 - Nº469



Rua Ary Tubbs, 916 - Centro - Gravataí/RS - CEP 94010-180 - ☎ (51) 3488.3937 - 📞 (51)3484.1285

CONQUISTA HISTÓRICA NA MESA DE NEGOCIAÇÃO

Piso maior, jornada menor, salário garantido e alimentação em alta

Nenhum carimbo de "APROVADO" nasce sem resistência. O boletim informativo estampado pelas cores do SINMGRA revela o desfecho vitorioso de um processo longo, tenso e exaustivo. Por trás de cada valor, tabela e cronograma conquistados, existe uma história de embates cotidianos contra a rigidez patronal e a tentativa contínua do capital de conter avanços sociais.

REDUÇÃO DE JORNADA

42 horas semanais nos turnos (Normal & DFA), sem redução de um centavo no salário - o que representa ganho real de poder de compra por hora trabalhada. Importante ressaltar que o turninho já está operando com redução de jornada efetivada no início de 2026.

+5%

Ganho real embutido na redução de jornada: menos horas na fábrica, mesmo salário no bolso. Vigência a partir de janeiro de 2027.

TURNO NORMAL

07h00 → 16h24

Segunda a sexta-feira

TURNO DFA

08h00 → 17h24

Segunda a sexta-feira

PISO SALARIAL

Quem entra já entra valorizado - e quem está não fica para trás. A partir de 2027, os novos pisos entram em vigor para admissão e efetivação, com correção automática pela data-base.

Piso de admissão **R\$ 2.093,00**

Salário efetivado (após 90 dias) **R\$ 2.153,00**

Ganho na efetivação **+ 2,9%**

MAIS a soma do resultado do reajuste da data-base de setembro/2026 (apelido dissídio)

CARTÃO VALE-ALIMENTAÇÃO

A cesta básica elaborada dá lugar ao cartão vale-alimentação gradual e crescente, mais previsibilidade e mais poder de compra no orçamento de cada família

SET/2026 **R\$ 250,00 / MÊS**

JAN/2027 **R\$ 350,00 / MÊS**

SET/2027 **R\$ 400,00 / MÊS**

R\$ 8.600,00

A MAIS NO ORÇAMENTO EM 24 MESES

ASSEMBLEIA GERAL 20/08

A Trincheira da Negociação: A Verdadeira História por Trás das Conquistas do Acordo Coletivo

A Resistência ao Piso Salarial Dignitário (A Luta contra o Barateamento da Mão de Obra). A definição do piso salarial de admissão em R\$ 2.093,00 e o salário efetivado em R\$ 2.153,00 (com ganho de **+2,9%** após 90 dias) enfrentou fortíssima oposição na mesa de negociação. O obstáculo patronal historicamente busca nivelar os salários por baixo, utilizando o argumento da "competitividade" para retardar reajustes reais e manter margens de atrito na contratação. A maior vitória não foi apenas o valor do piso inicial, mas arrancar a garantia de que em janeiro de 2027 todos os empregados atuais serão adequados aos novos pisos, além de assegurar a correção automática pela data-base de setembro de 2026.

A conquista da redução da jornada para 42 horas semanais nos turnos administrativos (Turno Normal das 07h00 às 16h24 e Turno DFA das 08h00 às 17h24) representa um ganho real estimado de **+5%** no valor da hora trabalhada. Reduzir o tempo de fábrica sem cortar "um centavo" do salário é uma das pautas mais difíceis de consolidar em qualquer negociação industrial. O setor patronal sistematicamente condiciona a redução de horas ao corte proporcional de vencimentos ou à flexibilização de direitos. Sustentar a tese de que a produtividade não exige o esgotamento do trabalhador exigiu pulso firme do sindicato. A fixação dos quadros de horário de segunda a sexta-feira blindou a categoria contra tentativas de diluição da

jornada nos fins de semana. A transição da antiga cesta básica elaborada para o cartão Vale-Alimentação representou uma das itens mais intrincadas do acordo. A construção da tabela progressiva — iniciando em R\$ 250,00/mês (Set/2026), subindo para R\$ 350,00/mês (Jan/2027) e atingindo R\$ 400,00/mês (Set/2027) — foi a solução para garantir a implementação incondicional do benefício. Alcançar o montante de R\$ 8.600,00 a mais no orçamento familiar ao longo de 24 meses. O benefício é muito mais abrangente porque hoje, cerca de 600 trabalhadores estavam isentos da coparticipação, agora não terá mais cobrança!

NÃO É APENAS UM BANCO, É UM SINAL DE ALERTA CONTRA O FEMINICÍDIO

As instalações dos Bancos Vermelhos em praças, locais públicos e empresas representam uma das estratégias mais impactantes e simbólicas de conscientização, prevenção e combate ao feminicídio e à violência contra a mulher.

A relevância do projeto no Brasil ultrapassou as ações voluntárias da sociedade civil e alcançou o campo legislativo. A aprovação da Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu o Incentivo à Instalação de Bancos Vermelhos em espaços públicos de todo o país, consolidou a medida como uma diretriz de conscientização nacional durante o Agosto Lilás (mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher). Isso demonstra como o projeto articula o simbolismo



comunitário à cobrança por políticas públicas eficientes, cobrando do Estado mais rigor na fiscalização de medidas protetivas e no acolhimento de vítimas.

O Banco Vermelho é muito mais do que uma intervenção estética ou um monumento estático. Ele é um grito silencioso de alerta, um ponto de acolhimento e um lembrete constante de que o combate ao feminicídio é um dever coletivo. Ao cruzar com um banco vermelho, a sociedade é interpelada a não se calar, não se omitir e a agir para que nenhuma outra mulher perca a vida pelo simples fato de ser mulher. O banco funciona como um convite diário para que homens e mulheres identifiquem sinais de relacionamentos abusivos antes que eles se tornem fatais.

Pauta Protocolada: Começa a Nossa Campanha Salarial!

O protocolo da pauta junto ao sindicato patronal (SINMETAL) é o primeiro passo de uma caminhada que exige atenção, mobilização e unidade inflexível. A partir de agora, o acompanhamento do informativo e das orientações do sindicato é essencial. O sucesso desta Campanha Salarial dependerá da capacidade coletiva de demonstrar que, por trás do documento entregue ao sindicato patronal, existe uma categoria unida, consciente e pronta para defender cada cláusula protocolada.

Ao entregar a pauta formalmente aos representantes patronais, a categoria estabelece os eixos centrais que nortearão o debate nas mesas de negociação, tais como:

- Reajuste Salarial com Ganho Real;
- Redução da Jornada para 40 horas semanais sem redução de salário;
- Valorização do piso salarial;
- Grade de progressão salarial;
- Preservação das cláusulas sociais, entre outros.